

5

Conclusões

A este complexo de situações e significações, a esta práxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política, eu denomino de quilombismo. (...) O modelo quilombista vem atuando como idéia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o Século XV. Nessa dinâmica repleta de heroísmo, o quilombismo se mantém em constante atualização, atendendo às exigências do tempo histórico e às situações do meio geográfico.

Abdias Nascimento, 1985, pp. 67-69.

A definição exata do conceito de “território negro”, bem como de “identidade” e “identidade racial positiva” são bastante amplas e serão discutidas amplamente permeando toda a construção deste trabalho. Sobretudo, cabe a este espaço uma introdução sobre como aqui se tratam estas temáticas.

O conceito base de território nos é trazido por Milton Santos (2001) quando afirma que “o território é definido pelo uso que dele se faz” (Santos, 2001, p. 306).

Santos, apesar de ter sido um intelectual negro e politicamente crítico não se debruça sobre a temática da raça neste seu trabalho, entretanto, ele enseja um pensamento que não se limita à Geografia física do Brasil.

Para ele, através do que define como “solidariedade orgânica”, é possível criar uma “racionalidade do espaço” que propicia uma “interdependência entre ações e atores” que emana da sua existência no lugar. Diz ele que,

... na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado. É em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas (Santos, 2001, p. 306).

Sendo assim, chegamos a um entendimento de que se um território é caracterizado pelo uso que dele se faz, alguns territórios poderiam ser caracterizados como territórios negros, bem outros poderiam se caracterizar como territórios de consumo, outros, territórios de afirmação da liberdade e assim por diante.

Nesta linha de raciocínio, assumimos que o mecanismo de classificação de um território está intimamente ligado ao tipo de identidade que ele fomenta, propicia, enseja. Identidade esta que, ao mesmo tempo, o mantém dinâmico, atuante e vivo como tal.

Neste sentido, um território pode ser classificado como território negro quando as atividades desenvolvidas nele ou através dele envolvem algum conteúdo ligado a uma afirmação, valorização, resgate, construção ou desenvolvimento de identidades¹ positivas² relacionadas aos temas da negritude, como a cultura, língua, religiosidade, arte, etc.

No caso específico aqui tratado, referimo-me à identidade afro-brasileira de um grupo específico de origem determinada: os que reivindicam para si a identidade que a uma só vez é étnica, histórica e territorial em sua concepção: **remanescentes de quilombos**.

Por identidade, entendo inicialmente que ela não é fixa: é histórica e socialmente (não biologicamente) determinada.

Tem um objetivo político, pode ser individual ou coletiva, se constrói necessariamente na relação com o “outro” e não tem um compromisso com uma coerência estática (Vinagre Silva, 1999).

Importante salientar que aqui interessam principalmente as identidades de origem e objetivo coletivo e de natureza racial, especialmente aquelas identificadas por Kabenguele Munanga (2002) como “identidades legitimadoras”, “identidades de resistência” e “identidades de projeto”, sendo as duas últimas, respostas a primeira que se constitui de forma seminal como repressora das demais.

Sobretudo, conforme já foi dito, nenhuma identidade é fixa, imutável e comprometida com uma determinada coerência. Munanga ratifica isto quando diz que:

Naturalmente, uma identidade que surge como resistência pode, mais tarde suscitar um projeto que, depois, poderá se tornar dominante no fio da evolução histórica e transformar-se em identidade legitimadora, para racionalizar sua dominação. A dinâmica das identidades no decorrer desta cadeia mostra suficientemente como, do ponto de vista da teoria socioantropológica, nenhuma delas pode ser uma essência, ou ter um valor progressivo ou regressivo em si, fora do contexto histórico (Munanga, 2002, p. 74).

Sendo assim, entendemos que as identidades sobre as quais nos

¹ Coloque-se em relevo que entendemos aqui que uma “identidade” não significa uma essência, mas sim que está em constante estado de construção, ou seja, não é preexistente como afirmam alguns essencialistas. Entendemos aí um dos aspectos políticos da identidade e de sua formação, portanto da necessidade de intervenção no processo de construção de identidades uma vez que não é um dado natural.

² Positivas no sentido de afirmar algum tipo de valor. Engendrado no termo Identidade Racial, o termo “positivo” refere-se à valorização dos aspectos inerentes à identidade racial, neste caso, a negra.

debruçamos constituem-se como um conjunto de características que uma pessoa ou grupo possa assumir voluntária ou involuntariamente visando cumprir algum objetivo político, algum “projeto” de interesse da maioria, significando uma expressão identitária coletiva, ou seja: de interesse público (Arendt, 2001). Pode. Trata-se da idéia que um indivíduo, ou um grupo, tem de si ou que deseja ter (ou que deseja que outros tenham) de si.

A identidade é multifacética (Vinagre e Silva, 1999) e cada indivíduo possui um conjunto de significações particulares para si, portanto cada uma destas significações (ou identidades) pode representar uma face de sua identidade cultural, podendo emergir de acordo com o centro de poder (Hall, 2000) evocado no momento.

Se as identidades são construídas na relação com o “outro” e o ser é necessariamente um ser de linguagem (Vinagre Silva, 1999), então as práticas de construção de identidade se dão necessariamente em público (Arendt, 2001) e através dos seus discursos.

Além disto, ao admitirmos que o poder é circular (Foucault, 1976) e não é detido unicamente por uma ou outra classe, grupo social ou instituição, compreendemos a plena possibilidade de interpenetrações, fugas, resistências, diálogos e mesmo de reparações.

Desta maneira, entendemos como Foucault (1976), que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos (Foucault, 1976, p. 183).

Esta noção é uma base teórica fundamental para justificar a prática do Serviço Social contemporâneo - bem como dos sujeitos individuais e coletivos que se identificam com estas causas - enquanto ação emancipadora e norte político possível, sendo as citadas interpenetrações, fugas, resistências, diálogos: instrumentos que se constituem em objeto (instrumental) e objetivos do Serviço Social enquanto profissão político ideológica.

A partir do amadurecimento teórico para este trabalho, pudemos

acrescentar à definição de território proposta por Milton Santos a idéia de Rogério Haesbaert (2002, 2004) de territórios alternativos.

Como Santos, Haesbaert também não explicita a noção exata de território negro, sobretudo, enseja, através de conceituação complexa, a atribuição de uma classificação a este território. Diz ele que:

As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras (Haesbaert, 2002, p. 14).

Para o autor, um território é alternativo no sentido de crítica aos espaços hegemônicos existentes. Um território alternativo pretende criar uma alternativa de convivência, de democracia, de inserção, o que, necessariamente, contradiz todo o movimento global de individuação e individualismo predominantes.

A idéia de territórios alternativos de Haesbaert dialoga claramente com a idéia de comunidade em Bauman (2003), por se tratar – este último – de um local construído em relação a outro local indesejável, repressor, de não-liberdade.

Baseados nestas idéias iniciais pudemos chegar ao entendimento de que o objeto empírico aqui abordado (a Restinga de Marambaia, enquanto local que reivindica para si, através de seus moradores tradicionais, o título de Remanescente de Quilombos e o título coletivo da terra) constitui-se em um território alternativo, com a qualificação específica de território negro e, na acepção de Vinagre Silva (1999), em uma “ilha subversiva”.

Esta noção de território, segundo podemos entender, não diverge em nada com o conceito básico de Santos (2001), para quem:

As forças centrífugas constituem, em cada lugar, um dado do exercício da fluidez, ao contrário do centripetismo, inclusive a cidadania, situação que é capaz de facilitar a eclosão da vontade de entendimento das situações e de ampliação de consciência (Santos, 2001, p. 306).

Neste sentido, trabalhamos principalmente com as noções propiciadas por estes dois autores, enriquecendo-as com as noções advindas das idéias relacionadas à formação de identidades positivas, neste caso específico, as identidades étnico-raciais positivas.

Além disto, sobressai deste enunciado de Santos uma constatação que é de extrema validade para o Serviço Social: o movimento da ampliação de consciência

motivado pela cidadania.

Neste contexto, é fundamental esta idéia, pois no cenário dos territórios as identidades apenas conseguem se tornar coletivas e legítimas quando ativadas pela ampliação da consciência.

Este dado é de fundamental importância para o Serviço Social, na medida em que entendemos que muitas vezes seja necessário um agente mediador para que este processo se inicie.

Arruti, em entrevista a nós para este trabalho ainda acrescenta que:

... se o contato de submissão é com relação a Marinha de Guerra, imagine. A situação é dramática demais. Então em situações como essa é preciso, é muito difícil que você imagine que um ator vá produzir uma consciência de seus direitos que brote da terra. (...) quando você vai olhar o conflito você tem que entender quais os agentes que estão envolvidos para você entender qual o fluxo de informações que está sendo concentrado no conflito (José Maurício Arruti, Coordenador do Projeto Egbé-Territórios Negros, Flamengo, 22 de junho de 2007).

A partir das diretrizes básicas da profissão, contidas nos princípios fundamentais da profissão e da noção de intelectual orgânico presentes na formação profissional, política e ideológica, entendemos ser este papel crucial por excelência de responsabilidade do Serviço Social enquanto profissão inscrita na organização social do trabalho como interventora, promotora da equidade, justiça interclasse, gênero, raça e quaisquer categorias sociais.

Desta forma, se Haesbaert, Santos e Bauman fornecem pistas para a construção do conceito de um território alternativo, um território diferente ou uma comunidade, aqui qualificamos estes espaços virtuais ou físicos de acordo com o emprego que a eles se dá, no caso, territórios negros.

Por identidades raciais, no caso, positivas, entendemos em primeiro lugar que as mesmas se forjam sempre no contraponto com “o outro”, dado que o ser humano é um ser de linguagem, sendo assim, depende do contexto sócio-histórico em que se insere.

Em segundo lugar, percebemos as determinações materiais e históricas como a base para trabalhar a percepção da necessidade de um processo de formação de identidades positivas.

Estas determinações estão explícitas nas péssimas condições materiais que o grupo afro-descendente enfrenta até hoje e que, cremos, são frutos de um racismo

de longa duração (Braudel, 1958) e de uma abolição de escravatura que não libertou de fato.

Finalmente, neste sentido, percebemos diversas construções que são necessárias para sua manutenção, como a compreensão da necessidade de reconhecimento de uma dívida histórica de alguns grupos - ou mesmo de toda uma sociedade - em relação a “outros”, e dos devidos ressarcimentos ou compensações, o que geraria as ações afirmativas contemporâneas. Estas ações são necessariamente ancoradas em *locus* específicos, que entendemos aqui como territórios negros.

Após alguns anos observando a arena instaurada sobre a Ilha de Marambaia e seus moradores e a questão dos Remanescentes de Quilombos no Brasil o que podemos concluir é que estamos em meio a um processo longo de disputa de poder material e simbólico por grupos monoritários e excluídos da sociedade de consumo e grupos de elite que sempre estiveram no poder, ou seja, especificamente a luta entre negros e brancos.

Num país em que há muitas décadas uma elite, com ou sem o propósito “maléfico” atribuído pelo movimento negro, inventou uma tradição considerado que vivemos um uma democracia racial e dito universalista, a criação de leis de reparação a determinados grupos, de fato, parece sem propósito benéfico.

Com isto, tem se tornado praticamente diário o embate público das forças impactadas nesta questão que se tornou luta com pólos de resistência bastante marcados.

A nosso ver, o que possibilitou tal processo, ou tal luta, certamente foi a presença e atuação de lideranças no sentido de clarificar as relações de poder e subalternização de longa duração (Braudel, 1958) e as perdas e ganhos inerentes à mesma colocando a nu os principais agentes envolvidos nas mesmas e polarizando forças contra ou a favor desta ou daquela posição.

Ao que parece, estamos num momento de desnudação de agentes, posturas e ideologias. O tomar conhecimento dos processos históricos e seus desdobramentos na vida cotidiana e o gerar procedimentos de tentativa de enfrentamento e superação das desigualdades instaladas por tais processos históricos parece ter tomado conta das lutas políticas tanto do movimento negro

quanto dos demais movimentos sociais de minorias.

Se de certa forma, para identificação clara de qual agente incorpora qual postura tem-se que polarizar relativamente os lócus de enunciação e isto gera riscos de radicalismos cegos e, portanto, injustos, por outro lado também trata-se de um momento ímpar da história do Brasil onde ficam claras as matrizes ideológicas de cada sujeito particular e coletivo em meio às batalhas que vêm sendo travadas sobretudo na constituição/resgate/descoberta de direitos das minorias.

Evidentemente, entendemos, como em todo processo histórico, que o que presenciamos é um movimento pendular onde chegamos até o limite da tolerância das criações/especulações/tentativas, para depois, darmos maior chance ao amadurecimento das questões e uma época de maior calma.

Entretanto, entendemos que ainda faltam muitas posições a serem desnudas para que os movimentos ainda encobertos de discriminação e seus agentes e fomentadores sejam colocados a público e dêem explicação ou justificativa pública para seus atos.

Neste movimento, no Brasil, o que impera é um momento histórico ainda não experimentado de construção de direitos, e conseqüente empoderamento, que necessita contar com uma vital e concomitante descoberta de conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o contexto que os encerra.

Em outras palavras, trata-se de entender as determinações históricas e materiais que contrinuem sobremaneira para a formação das identidades individuais e coletivas e dos territórios que vivemos e em que vivemos.

Para isto, a nossa tentativa que entendemos ter sido bem sucedida foi a de demonstramos que o movimento principal para superação das diferenças de qualquer ordem ou natureza na sociedade tem por início que considerar o território em que vivem os indivíduos, as suas práticas e a sua formação enquanto sujeitos individuais e coletivos.

Sobretudo, conforme já citado no corpo da discussão, o processo de conscientização não pode brotar da terra ou simplesmente do sofrimento dos indivíduos.

Sendo seres de linguagem e que se relacionam com a figura do outro através do diálogo, os sujeitos dependem principalmente de um agente individual

ou coletivo que respalde qualificada e adequadamente por meio de atuação profissional este processo de superação das desigualdades através da consscientização e posterior empoderamento.

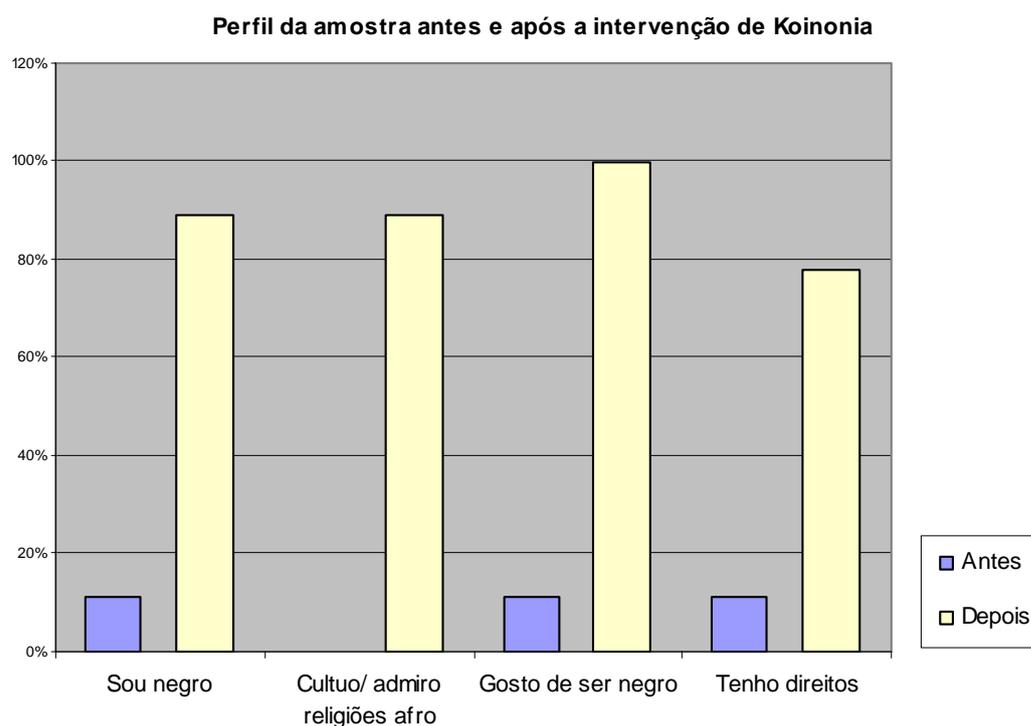
Em nosso trabalho, como exemplo, tentamos – e entendemos que conseguimos – apontar como um exemplo bastante notório a atuação de uma instituição por meio de um de seus projetos que, através de um longo processo de conscientização de uma comunidade pôde auxiliar a mesma a níveis não imaginados de emancipação e protagonismo político, estando os mesmos atualmente praticamente autônomos enquanto grupo e individualmente uma vez que os procedimentos para barganha política de direitos já foram engendrados pelos mesmos em sua práxis.

Dentro deste processo, foi possível compreendermos também que o jogo de forças analisado tem diversos níveis de complexidade determinados por cada novo sujeito que iria se enunciando, como parte da intrincada trama que envolveu desde o começo das batalhas judiciais individuais de expropriação dos nativos de suas terras, ações consideradas como sendo de abuso de poder por parte dos militares que ali estavam.

Porém, nem por isto ficava em todos os momentos bastante claro para todos os sujeitos ali envolvidos um antagonismo explícito entre grupos e nem o papel de cada um, naquilo que eles nem sequer identificavam como sendo um jogo de poder que envolvia aspectos de especulação imobiliária e manutenção de privilégios pelos mais poderosos temperados por um racismo à brasileira.

Pudemos perceber, principalmente pela mudança na desenvoltura das falas das entrevistas entre 2003 e 2007 que o processo de formação de identidades e empoderamento em face desta rendeu frutos que, para o Serviço Social responde aos critérios mínimos de legitimidade de um estudo ou de uma luta qualquer.

Para a profissão, um estudo apenas encontra validade na medida em que pode servir para promover algum tipo de emancipação daquele grupo em relação a outro dominante e opressor. Na medida em que se presta a uma função de caráter político, de interesse geral: público. A partir de nossas pesquisas pudemos elaborar o quadro abaixo onde percebemos as mudanças estruturais de auto-representação dos moradores após a intervenção do trabalho da Ong Koinonia junto à comunidade da Marambaia.



O que pudemos encontrar destas entrevistas é que em primeiro lugar, eles percebem a importância do trabalho da instituição na formação de identidades positivas e isto fica transparente através da comparação de alguns itens respondidos nas entrevistas sobre como era antes e como ficou depois sua percepção de si e da identidade negra em geral. Além disto, segundo as entrevistas antes do projeto apenas 11% se considerava negro, depois da ação 89% se declarou como sendo desta raça/cor. Nenhum deles admitia fazer parte ou admirar os cultos afrodescendentes antes. Já depois 89% passaram a se declarar simpatizantes, embora não fizessem parte dos cultos.

Ademais, eles dizem que antes do projeto não gostavam de ser negros e que depois do trabalho de valorização da identidade racial deles, todos admitiram

valores positivos em sua negritude.

Além destes dados, apenas 11%, em contraposição a 77.8%, já sabiam que eram portadores de direitos antes da atuação do projeto. Sendo assim, o que pudemos perceber de mais importante na atuação deste projeto com a perspectiva de atuar na garantia da emancipação daquele grupo e na preservação das suas tradições e identidades se manifesta através do aumento de sua auto-identificação racial – mesmo numa sociedade ainda racista; no relevo que toma a percepção de uma identidade coletiva e de um território simbólico por parte dos moradores; e devido a isto, na sua caminhada com vistas à emancipação política e na conquista da cidadania.

O que podemos perceber após este trabalho é que mesmo não havendo assistentes sociais na equipe, mas sendo a perspectiva destes profissionais muito semelhantes à nossa, que o alcance do trabalho do intelectual orgânico é de fato grande. Que tem uma importância concreta e simbólica tanto para a construção da profissão quanto para a emancipação destes grupos – objeto de intervenção da prática do Serviço Social.

Existe engendrado nas trajetórias de vida destas pessoas um valor ético fundamental e que deve ser preservado através de sua cultura, preservando assim a memória de um povo. Que a publicização de fatos leva à percepção do caráter político dos mesmos, o que contribui fortemente para a luta das minorias com menor poder de voz. E que tudo isto pode ser fomentado pela construção/reconstrução/ resgate das identidades raciais positivas.

Munido de instrumentos das demais Ciências Sociais, o Serviço Social pode produzir conhecimentos úteis, éticos e transparentes constituídos em documentos de validade pública, como o que esperamos estar contruindo com este trabalho.

Por fim, a análise que podemos fazer de toda esta intrincada luta e da validade da mesma tem sua expressão mais explícita ao observarmos claramente a diferenciação em termos de dignidade de um indivíduo simplesmente por este se enunciar de um determinado lócus de resistência que passa a estar munido com armas ideológicas e legais que é o arsenal legislativo que tem sido discutido, criado e reformado a cada dia neste contexto de país, sobretudo pela publicização dos

conflitos de longa duração que, como aspecto também de longa duração, era encoberto por eufemismos de desdobramentos racistas.

Conforme o relato de Arruti:

Então o trabalho de educação popular e o de publicização desses conceitos tem por finalidade, e se a gente tiver sorte tem por fim, a gente ser dispensado porque hoje a Marambaia tem lideranças que já podem falar por si mesmas, porque não que elas não pudesses falar por si mesmas antes, mas elas não tinham as ferramentas necessárias, mas hoje elas tem acesso à imprensa, hoje elas conhecem a legislação... (José Maurício Arruti, Coordenador do Projeto Egbé-Territórios Negros, Flamengo, 22 de junho de 2007).

Sobre esta questão da publicização da questão, também há pontos desfavoráveis à luta, por exemplo, o fato de a mídia brasileira de maior alcance estar explicitamente a serviço das elites de cor e de renda.

Estivemos acompanhando atentamente todas as notícias de que fomos capazes de acompanhar e analisando criticamente e historicamente a empreitada. No apagar das luzes desta dissertação surgiram diversas publicações desta mesma emissora de TV atacando diretamente a questão quilombola da Ilha de Marambaia e que não nos permitiu aviltamento, portanto, mesmo sem uma ampla e merecida discussão sobre a questão, colocamos como uma espécie de “coming soon” uma breve discussão sobre tal acontecimento, sobretudo, com a intenção de fechar o tema com a reflexão de Costa Pinto quando admite que quando o negro resolve sair de seu local de inferioridade e invisibilidade atribuído pela maioria hegemônica branca e rica como *modus vivendi* e *modus operandi* de praxe, isto incomoda.

Explicitamente, as elites manifestam sua indignação, como no excerto abaixo do artigo publicado em um dos jornais mais tradicionais de nosso país.

A invenção de quilombolas está se tornando uma perigosa prática nacional. Tanto mais perigosa que encontra respaldo jurídico num decreto presidencial de 2003 e apoio político administrativo em órgãos como o INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura.

(...)

Habitam a ilha, além dos fuzileiros, 106 famílias, que vivem basicamente de pesca, cesta básica, Bolsa Família e aposentadorias. Até a intervenção dessa ONG, não havia conflitos raciais na ilha (Denis Lerrer Rosenfield, O Globo, em 23 de julho de 2007).

Para tentar dar legitimidade da forma mais tradicional a sua voz, os argumentos são velhos conhecidos nossos: a tentativa de impingir medo através da impressão de possível desestabilização (suposição de favelização da Ilha – conforme outro artigo), a tentativa de inferiorização de nossas práticas e até mesmo a calúnia baseada no aviltamento das questões e conflitos como se dão na realidade.

Sobre esta última questão, a da calúnia baseada no aviltamento das questões e conflitos instalados, com satisfação, cremos que este trabalho pôde ser útil à luta na medida em que, em seu processo de investigação pôde perceber na totalidade das entrevistas depoimentos onde os moradores da Ilha de Marambaia afirmam claramente que, desde sua entrada na Ilha, os militares da Marinha do Brasil foram responsáveis por conflitos por vezes violentos em relação aos moradores.

Diferentemente do que é dito por Rosenfield, antes da presença de Koinonia através do Projeto Egbé – Territórios Negros na Marambaia havia muitos conflitos entre militares e moradores da ilha.

A diferença entre antes da Ong e depois da Ong se dá no fato de que antes de exercer o trabalho no processo de conscientização dos moradores quilombolas sobre seus direitos, estes sofriam as ações militares sem responder às mesmas.

Se para o autor a consideração sobre o que seria existência é baseada na publicidade dos fatos, no contato com a esfera pública, de fato não existia conflito, pois os moradores não possuíam ferramentas para tornar público, portanto político o conflito ali enfrentado.

Assim como fala Arruti em entrevista para nosso trabalho, afirma

... as famílias apesar de estarem isoladas de fato, elas não podem ser tomadas como modernas selvagens, quer dizer, uma sociedade primitiva no moderno. Na verdade elas têm contato, mas esse contato é muito limitado mesmo, muito pouco eficaz para o cotidiano da ilha. As pessoas têm suas próprias vidas morando fora, trocam essas informações, viajam para lá, são visitadas pelos moradores, mas isso não é a própria luta delas ou não era até pouco tempo, até essa luta se tornar pública, até essa luta transbordar da ilha. Quando essa luta transborda da ilha ela se torna uma luta de mais gente. Às vezes até dos próprios parentes que não lutavam, era um sofrimento calado. No momento que esse sofrimento calado se transforma numa luta, isso é, ganha espaço público, vem para a esfera pública, para imprensa, aí ela ganha um estatuto de uma causa que é coletiva, que inclusive quem está fora pode aderir (José Maurício Arruti, Coordenador do Projeto Egbé-Territórios Negros, Flamengo, 22 de junho de 2007).

Sendo assim, um grande medo das elites sempre foi de que as massas pudessem tomar parcelas de poder equitativamente.

No discurso marcadamente distorcido e conservador de Rosenfield, ficam patentes diversas técnicas de manipulação das informações ou mesmo um discurso encomendado para ser vendido àqueles que não conhecem ou não querem se dar ao trabalho de tomar conhecimento da real questão que circunda o embate entre militares e quilombolas na Ilha de Marambaia. Conforme o discurso de Rosenfield

Se a Ilha de Marambaia for desapropriada, a mensagem passada é a seguinte: se nem as Forças Armadas resistem a nós, o caminho está aberto a novas ações que podem reformatar completamente as relações de propriedade e, mesmo, partes inteiras do território nacional. Um trabalho preliminar, neste sentido, já foi feito pela Universidade de Brasília, que construiu um mapa racial brasileiro, que serve de orientação para as ações ditas quilombolas. Unidades da Federação seriam amputadas de uma parte considerável de seu território, não importando a existência de títulos de propriedade privados ou públicos, nem a própria existência de cidades. Surge uma nova legalidade, a legalidade do arbítrio, passando a legislar sobre tudo.

Sabendo que esta discussão não termina aqui, deixamos apenas mais pistas para a continuação do debate com a esperança de podermos ser úteis aos próximos navegantes.